

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL COMO UM MODO DE PENSAR DIALÉTICO

LA TEORIA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL COMO FORMA DIALÉCTICA DE PENSAR

SOCIAL REPRODUCTION THEORY AS A DIALECTICAL WAY OF THINKING

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57562>

Bárbara Araújo Machado¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o caminho histórico que levou ao desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social (TRS), propondo compreendê-la como um modo de pensar dialético. O argumento central do artigo é que a TRS tornou-se uma das abordagens mais profícuas produzidas no seio do marxismo por ter sido resultado de um movimento dialético constante de autocrítica, produzindo novas elaborações a partir da incorporação de críticas e da abertura ao contraditório, que toma como central para entender e transformar a realidade. O artigo propõe, ainda, que esse movimento dialético tem relação com o lugar social subalternizado dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento dessa teoria.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Dialética. Feminismo marxista.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el recorrido histórico que llevó al desarrollo de la Teoría de la Reproducción Social (TRS), proponiendo entenderla como una forma de pensar dialéctica. El argumento central del artículo es que la TRS se ha convertido en uno de los enfoques más fructíferos dentro del marxismo, ya que ha resultado de un constante movimiento dialéctico de autocrítica que produce nuevas elaboraciones desde la incorporación de críticas y la posibilidad de contradicción. La TRS toma ese movimiento como eje central para comprender y transformar la realidad. Asimismo, el artículo propone que el movimiento dialéctico de esa teoría está relacionado con el lugar social subalterno de los sujetos involucrados en su desarrollo.

Palabras clave: Teoría de la reproducción social. Dialéctica. Feminismo marxista.

Abstract: This article aims to present the historical path in which the Social Reproduction Theory (SRT) was developed. The article proposes that this understanding is necessary to understand SRT as a dialectical way of thinking. The main hypothesis is that SRT became one of the most fruitful trends produced amidst Marxism because it is the result of a dialectical movement of self-critical analysis. SRT is understood as producing new elaborations because it has opened itself to what is contradictory, exactly because this theory takes contradictions as a central theme to understand and transform reality. The article also proposes that such dialectical movement that produced this theory is deeply connected to the subaltern social position occupied by the people involved in the development of this theory.

Keywords: Social Reproduction Theory. Dialectics. Marxist feminism.

Introdução

Reflexões e debates sobre a opressão às mulheres, sua relação com o trabalho e com o sistema capitalista existem desde que há mulheres, trabalho e sistema capitalista. Embora essa afirmação pareça simplória, ela indica a seguinte realidade histórica: foi a emergência do capitalismo que fez com que o trabalho tenha se tornado um problema central para as mulheres, na medida em que reorganizou as

relações de trabalho, desvalorizando as atividades de cuidado e manutenção da vida cotidiana, majoritariamente atribuídas às mulheres (FERGUSON, 2020).

Susan Ferguson (2020), em seu livro *Women and Work: Feminism, Labour and Social Reproduction*, identifica no âmbito da teoria feminista três diferentes trajetórias de análise da questão do trabalho: o feminismo da igualdade, o feminismo da igualdade crítica e o feminismo da reprodução social. A primeira trajetória, cujas origens seriam os escritos de Mary Woolstonecraft e outras feministas do fim do século XVIII, vê no acesso das mulheres ao trabalho assalariado a saída para sua dependência em relação aos homens e sua vinculação a trabalhos socialmente desvalorizados como as tarefas domésticas. A segunda, o feminismo da igualdade crítica, também incorpora a defesa do acesso das mulheres ao trabalho assalariado, mas o considera como um primeiro passo para um processo mais amplo de emancipação, que requer o fim do capitalismo. Essa trajetória tem origem nas reflexões de Flora Tristán, em meados do século XIX, e inclui boa parte dos escritos da tradição socialista sobre a opressão às mulheres, incluindo obras como as de Friedrich Engels, August Bebel e Clara Zetkin. A terceira trajetória, o feminismo da reprodução social, tem origem no trabalho de Anna Wheeler e William Thompson, também no início do XIX, e diferencia-se das primeiras abordagens ao propor que a opressão às mulheres não se explica por uma exclusão do trabalho assalariado, mas pela desvalorização sistêmica do trabalho doméstico – que virá a ser, mais tarde, compreendido mais amplamente em termos de trabalho de reprodução da vida ou reprodução social. Essa trajetória se atenta para a forma como o capitalismo reconfigurou a relação entre trabalho produtivo e trabalho doméstico não pago para a sustentação do próprio sistema (FERGUSON, 2020).

Essas diferentes trajetórias históricas das análises feministas do trabalho têm em comum o fato de que o problema da opressão às mulheres sob o capitalismo nunca foi perseguido como uma questão estritamente teórica. O objetivo, em última instância, tem sido formular análises que possam basear o desenvolvimento de estratégias de luta política que reforcem a importância das mulheres e da luta contra a opressão de gênero no contexto da luta por transformação social.

Neste artigo, o foco recai sobre o desenvolvimento histórico que levou àquilo que hoje identifica-se como a vertente marxista do feminismo da reprodução social ou simplesmente Teoria da Reprodução Social (TRS). Ainda que tenha sido desenvolvida em países do Norte Global, a Teoria da Reprodução Social vem ganhando importância no Brasil nos últimos anos, com um esforço de intelectuais feministas marxistas que tem trabalhado tanto em traduções brasileiras de obras fundamentais da TRS quanto na elaboração de análises que inserem nessa abordagem problemáticas ligadas à realidade da periferia do capitalismo (AZEVEDO, 2022; BORDON, 2021; FONSECA, 2019; JEREMIAS, 2022; MACHADO, 2020; OLIVEIRA, 2021; RONCATO, 2020; SARAIVA, 2021). Esses trabalhos têm sublinhado o lugar do racismo e da dinâmica desigual do capitalismo global nos processos sociais de exploração e opressão, articulando em suas análises reflexões sobre estratégias de luta e resistência.

Considerando a crescente importância da TRS para o público brasileiro e, ao mesmo tempo, o acesso recente e ainda limitado às discussões e à bibliografia elaborada nas últimas cinco décadas relacionadas a essa abordagem, este artigo tem dois objetivos principais: apresentar o caminho histórico

que levou ao desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social e defender seu entendimento como um modo de pensar dialético (KONDER, 1981, 1988). O argumento central do artigo é que a TRS tornou-se uma das abordagens mais interessantes e profícuas produzidas no seio do marxismo justamente por ter sido resultado de um movimento dialético constante de autocrítica, incorporando críticas e abrindo-se ao contraditório – movimento que, defendendo, tem relação direta com o lugar social subalternizado dos sujeitos envolvidos nos momentos chave de seu desenvolvimento.

Teoria da Reprodução Social: um modo de pensar historicamente dialético

Dialética é uma palavra tão presente no vocabulário marxista quando mal compreendida. Tal dificuldade de compreensão é justificada: além de ser um conceito filosófico cujo sentido foi se transformando ao longo do tempo, a dialética “é coisa muito árdua e difícil [...] na medida em que o pensar dialeticamente colide com o vulgar senso comum, que é dogmático, ávido de certezas peremptórias” (GRAMSCI apud KONDER, 1988, p. 10). Essa dificuldade se expressa também nas disputas em torno do conceito, que permearam a “tradição plural e dinâmica do materialismo histórico” (MENDONÇA; SOUZA, 2017, p. 93).

Difícil de entender e difícil de praticar, a dialética foi objeto de análise do filósofo e historiador marxista Leandro Konder. Para ele, “uma das características essenciais da dialética é o espírito crítico e autocrítico” e, nesse sentido, “os dialéticos devem estar sempre dispostos a rever as interpretações em que se baseiam para atuar” (KONDER, 1981, s.p.). Uma característica central do conceito de dialética marxista na leitura de Konder é sua relação intrínseca com a práxis, que o autor relaciona com o conceito de trabalho em Marx:

O trabalho, como processo, ao mesmo tempo se reafirma e se supera a si mesmo: ele só é possível mediante a repetição mecânica de determinadas ações, porém simultaneamente leva o sujeito a enfrentar problemas novos e o incita a *inventar* soluções para tais problemas. Com isso, o trabalho abre caminho para o sujeito humano refletir, no plano teórico, sobre a dimensão *criativa* de sua atividade, quer dizer, sobre a práxis. No trabalho se encontra, por assim dizer, o “caroço” da práxis; mas a práxis vai além do trabalho. (KONDER, 1988, p. 13)

O conceito de práxis, tal como o de dialética, tem sido objeto de intensas disputas e confusões – e não cabe entrar nelas no espaço deste artigo.² Mas, para nosso propósito, é importante sublinhar a dimensão da práxis como atividade criadora, como pensamento e ação voltados para transformação da realidade. De acordo com Konder, é aqui que reside o cerne da mudança original entre a dialética marxista e a hegeliana: “Marx promoveu a modificação do conceito hegeliano de dialética na medida em que promoveu o casamento dele com uma perspectiva revolucionária, comprometida com um projeto político de transformação prática do mundo.” (KONDER, 1988, p. 6). A centralidade da práxis para a dialética marxista conforme a proposta de Konder é fundamental para nossa proposta de compreensão da Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético, na medida em que seu desenvolvimento

histórico tem relação direta com a construção de estratégias de transformação social através da ação coletiva organizada.

O “modo de pensar dialético” é caracterizado por Konder como “atento à infinitude do real e à irreduzibilidade do real ao saber”, sendo necessário o reconhecimento constante de que nenhuma explicação é capaz de esgotar definitivamente a realidade (KONDER, 1988, p. 9). A pretensão de ser uma teoria acabada de tudo tem sido imputada ao marxismo por muitos de seus críticos ao longo do tempo, mas também tem sido uma armadilha na qual alguns de nós têm caído, vide as versões mais formulaicas e reducionistas do marxismo. Konder retoma Gramsci ao considerar que há um “freio psicológico” que ajuda a explicar porque tantos marxistas se afastaram da dialética. O autor argumenta que a divisão social do trabalho e a hipercompetitividade do capitalismo afetam também as pessoas que buscam transformar a sociedade, tornando-os inseguros e fazendo-os buscarem certezas e valores inquestionáveis, aceitando “ideias sistematizadas, tranquilizadoras” (KONDER, 1988, p. 9–10). Segundo Konder, isso ajuda a explicar a boa recepção do stalinismo no Brasil, combinado a um modo de pensar positivista influente no país desde fins do século XIX (KONDER, 1988, p. 178–183). Diante de uma realidade árida e cruel, muitos revolucionários apegaram-se a discursos teleológicos que os asseguravam da vitória do socialismo em vez de encarar de frente as contradições que conformavam essa mesma realidade.

É nesse sentido que o autor argumenta que o modo de pensar dialético pode entrar em choque com as exigências ligadas às tarefas práticas da luta política revolucionária, já que “o reconhecimento da complexidade e da contraditoriedade do quadro da ação pode paralisar – ou ao menos entorpecer – a intervenção do sujeito no combate” (KONDER, 1988, p. 9). É interessante considerar que Konder faz essa consideração no preâmbulo de uma obra que analisa a recepção das ideias de Marx no Brasil “como parte do esforço para compreender por que a esquerda avaliara tão mal a situação e fora derrotada” com o golpe de 1964 (KONDER, 1988, p. 1). Em sua análise, Konder percebe que “em determinadas circunstâncias, os dirigentes políticos das forças pragmaticamente comprometidas com a mudança tendem a mobilizá-las através de fórmulas não-dialéticas, cujo efeito lhes parece mais direto e imediato” (KONDER, 1988, p. 9).

A seguir, esboço uma apresentação do caminho histórico que levou à constituição atual da Teoria da Reprodução Social, propondo que essa teoria é um exemplo do modo de pensar dialético, tanto no sentido de ter se desenvolvido sempre a partir do confronto de contradições e problemas, quanto no sentido de uma busca constante pelo contraditório na totalidade. Concordo com David McNally quando afirma que “uma teoria da reprodução dialeticamente revitalizada [...] pode oferecer a perspectiva mais promissora para os interessados em uma teoria materialista histórica das múltiplas opressões na sociedade capitalista” (MCNALLY, 2023, p. 155–156). Mais que isso, a TRS no estado em que se encontra hoje vê na contradição um elemento essencial não apenas para a compreensão da realidade, mas para a sua transformação. Se em outros momentos a “complexidade e contrariedade do quadro de ação”, nas palavras de Konder, pôde paralisar e entorpecer, hoje tornaram-se as bases pelas quais compreendemos as condições em que vivemos e formulamos estratégias de luta política. Essa mudança, irei propor, tem relação direta com os grupos sociais envolvidos na formulação das perspectivas associadas à TRS como é

hoje: mulheres e, crescentemente, pessoas não-brancas e provenientes da periferia do capitalismo. Essas pessoas, por comporem grupos sociais subalternizados de formas diversas, *tiveram que* encarar as contradições de frente para pensar suas estratégias de luta.

O trabalho doméstico em perspectiva relacional: as reflexões de Anna Wheeler e William Thompson

Embora a Teoria da Reprodução Social seja uma abordagem filiada ao marxismo, um de seus elementos originais pode ser remontado a reflexões engendradas no contexto do socialismo anterior a Marx, nomeado por Engels (1880) de socialismo utópico. Susan Ferguson identifica no trabalho de Anna Wheeler e William Thompson “a base conceitual do *feminismo da reprodução social*”³, argumentando que esses autores “rascunharam as premissas de uma crítica do trabalho doméstico das mulheres calcada na economia política”, revelando no processo “a relação contraditória desse trabalho com o trabalho capitalista ‘produtivo’”, elemento que será central no posterior desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social (FERGUSON, 2020, p. 41).

As reflexões de Wheeler e Thompson sobre o trabalho doméstico incluem uma proposta de coletivização do trabalho doméstico, pauta presente no socialismo utópico do século XIX, mas também em movimentos de mulheres socialistas de diferentes épocas desde então. Podemos identificar duas particularidades na forma como essa reivindicação aparecia entre os socialistas utópicos: 1) a relação com uma defesa mais geral dos princípios de cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras e de propriedade comunal, como formas de tornar a produção mais justa e racional (FERGUSON, 2020, p. 43); 2) uma visão do trabalho doméstico como algo dado, natural, mas também um fardo que onerava desproporcionalmente as mulheres e que, sendo coletivizado, as liberaria para a realização de outras atividades, equalizando a relação entre homens e mulheres. (FERGUSON, 2020, p. 40).

Embora as socialistas defendessem que as tarefas domésticas constituíam “*trabalho* (e não um *dever* das mulheres)” (FERGUSON, 2020, p. 40), sua caracterização como fardo ocultava sua centralidade para o funcionamento do sistema capitalista. O que as reflexões de Wheeler e Thompson trouxeram de novo foi justamente a superação dessa ideia, na medida em que observaram a relação necessária entre o trabalho doméstico realizado por mulheres e o trabalho produtivo. Mais que isso, eles defendiam que esse trabalho deveria ser coletivizado, não no sentido de melhor dividir um fardo, mas porque o trabalho doméstico contribuía para a riqueza geral da sociedade e, como tal, deveria ser responsabilidade de todas as pessoas.

Wheeler e Thompson consideravam tarefas como cozinhar, lavar roupa, limpar e cuidar de crianças como atividades que envolviam um esforço físico e mental e contribuía para o bem comum – da mesma forma que ocorre com o trabalho que produz mercadorias. Ocorre que, no “sistema produtivo baseado na competição individual” – o capitalismo –, apenas valoriza-se o trabalho que gera riqueza individual, feito majoritariamente pelos homens, que passam a ter uma autopercepção de superioridade em relação às mulheres, “em particular às mulheres que cooperam com ele no cuidado da família” (THOMPSON, 1825, p. 198). Assim, o trabalho doméstico das mulheres, embora socialmente pudesse ser

considerado produtivo, foi “degradado e desvalorizado *de modo sistêmico* sob o capitalismo” (FERGUSON, 2020, p. 47).

Ao criticarem a forma como trabalho doméstico e trabalho produtivo eram socialmente organizados – o primeiro sendo direcionado para os lares privados sob responsabilidade das mulheres –, os autores propunham que eles poderiam ser *reorganizados* para acontecer de forma coletiva em uma sociedade cooperativa. De acordo com Susan Ferguson,

É precisamente ao sublinhar *a relação das atividades reprodutivas das mulheres com a esfera produtiva* que Wheeler e Thompson esclarecem e aprofundam teoricamente o compromisso geral do socialismo utópico com a vida e o trabalho comunais. Donas de casa merecem “ser igualmente apreciadas e recompensadas” não apenas porque estão fazendo o trabalho reprodutivo difícil e isolado. Elas merecerem-no porque, como todos os trabalhadores, contribuem com “seus talentos úteis e esforços para o bem comum” (FERGUSON, 2020, p. 46).

Há uma consequência política fundamental nas elaborações de Wheeler e Thompson. Eles atribuem a opressão às mulheres “à *dinâmica relacional* entre trabalho produtivo e reprodutivo” (FERGUSON, 2020, p. 47), associando a reorganização social do trabalho à luta contra essa opressão, já que com a coletivização “nenhum meio de perseguição sobriria aos homens” (THOMPSON, 1825, p. 201). Ao sublinharem a relação necessária entre trabalho doméstico e trabalho capitalistamente produtivo, Wheeler e Thompson fundamentam a defesa de que a luta das mulheres “não é opcional nem contingente”, mas é em si mesma uma luta antissistêmica que não deve ser secundarizada (FERGUSON, 2020, p. 41).

É importante compreender, entretanto, que as reflexões de Wheeler e Thompson só são passíveis de serem caracterizadas como um “ponto de virada na história das teorias feministas do trabalho” (FERGUSON, 2020, p. 47) a partir de um olhar dos dias de hoje, que leva em consideração as análises que viriam a ser desenvolvidas por feministas socialistas bem mais tarde. No período em que foram publicadas, essas reflexões geraram pouco impacto e não possuem uma continuidade direta com relação às ideias desenvolvidas pelas feministas da reprodução social na segunda metade do século XX. As ideias que predominaram na tradição socialista sobre a opressão às mulheres e o capitalismo, desenvolvidas por nomes como Friedrich Engels, August Bebel, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, passaram ao largo da percepção da relação necessária, ainda que contraditória, entre trabalho produtivo e reprodutivo.⁴ Essa relação voltaria ao centro das discussões do feminismo socialista apenas na virada dos anos 1960 para os 1970.

Uma exceção pontual foi o trabalho de Mary Inman, reunido na publicação de 1940 sob o título “Em Defesa das Mulheres” [*In Women's Defense*]. Nele, Inman defende que o trabalho doméstico não pago das mulheres é indispensável para o capitalismo e está intimamente relacionado com o trabalho produtivo, porque produz “a mais valiosa de todas as mercadorias... a força de trabalho” (INMAN apud FERGUSON, 2020, p. 89). Mais que isso, ela defende que esse trabalho é em si produtivo – o que contrariava a posição do Partido Comunista estadunidense (CPUSA), ao qual era filiada. Isso resultou em uma série de ações do partido para descredibilizar suas ideias (FERGUSON, 2020). Cabe sublinhar que Inman não chegou a incorporar a dimensão racial em seus escritos, limitando-se a fazer comparações

entre a opressão às mulheres e às pessoas negras norte-americanas, a demonstrar alguma solidariedade com as mulheres negras e, ao mesmo tempo, reforçar alguns estereótipos (FERGUSON, 2020).

Em busca da base material da opressão às mulheres: o Debate do Trabalho Doméstico

Além do livro de 1940, Inman também publicou um panfleto com algumas de suas reflexões em 1964, mas sua circulação foi muito limitada. É na virada dos anos 1960 para os 1970 que algumas publicações de maior impacto dão o pontapé inicial para aquilo que viria a ser conhecido como o Debate do Trabalho Doméstico. Esse debate, que se desenrolou ao longo da década de 1970, refletiu a busca de feministas socialistas do Norte Global por uma resposta consistente sobre a relação entre a opressão às mulheres e o sistema capitalista.⁵ Para elas, era importante estabelecer uma base material para essa opressão, reforçando o argumento de que não se tratava de uma questão estritamente ideológica, que poderia ser transformada apenas em termos culturais. Isso era fundamental na medida em que estabeleceria um nexos necessário entre a luta das mulheres e a luta da classe trabalhadora como um todo.

Lise Vogel (2022) aponta as considerações de Juliet Mitchell, publicadas inicialmente em artigo de 1966 e em forma de livro em 1971, como a argumentação inicial produzida no seio do feminismo socialista sobre família e trabalho doméstico no capitalismo. Mitchell (2006, p. 207) afirma que a luta pela libertação das mulheres na tradição socialista “permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela”. Ela propõe, para superar o economicismo com o qual a opressão às mulheres vinha sendo tratada, uma diferenciação da condição da mulher em quatro estruturas cuja combinação “produz a ‘unidade complexa’ da posição da mulher” (MITCHELL, 2006, p. 208–209): produção, reprodução, sexo/ssexualidade e socialização de crianças – as três últimas localizadas fora da esfera de produção e “opressivamente unidas na instituição conhecida como família” (VOGEL, 2022, p. 125). Vogel aponta para problemas significativos nesse artigo, em especial sua inconsistência teórica. Mas ressalta a importância de sua contribuição no sentido de estimular leituras que confrontassem tanto um marxismo mecanicista e economicista quanto a influência do feminismo radical junto ao feminismo socialista (VOGEL, 2022).

Uma leitura crítica do artigo de 1966 de Mitchell aparece em “A Economia Política da Libertação das Mulheres” [*The Political Economy of Women’s Liberation*], publicado por Margaret Benston em 1969. Reconhecendo a importância da contribuição, Benston aponta que “Mitchell dá pouca ênfase aos fatores econômicos de base [...] e vai apressadamente em direção aos fatores superestruturais”, falhando em notar a relação mais complexa entre o trabalho privado de produção do lar e o trabalho produtivo na esfera pública (BENSTON, 1969, p. 4–5). Benston, então, propõe uma análise teoricamente mais consistente que a de Mitchell, discutindo, ainda que brevemente, uma série de questões que permeariam o debate das socialistas do período, como a relação da família e do trabalho doméstico com a esfera produtiva, o caráter produtivo (ou não) do trabalho doméstico e o lugar do trabalho doméstico na separação entre as esferas pública e privada.

Ao contrário de Mary Inman, Benston não via no trabalho doméstico uma fonte direta de valor capitalista. Ela argumentava que as donas de casa produziam valores de uso, consumidos imediatamente no lar sem passar pelo mercado. Esse caráter improdutivo explicava a desvalorização do trabalho doméstico sob o capitalismo:

a base material para o status inferior das mulheres é encontrado nesta exata definição. Em uma sociedade na qual o dinheiro determina o valor, as mulheres são um grupo que trabalha por fora da economia monetária. Seu trabalho não vale dinheiro, portanto é sem valor, não é nem trabalho de verdade. (BENSTON, 1969, p. 4)

Essa desvalorização social do trabalho doméstico, contudo, mascarava sua importância para o sistema capitalista. Segundo Benston, “a quantidade de trabalho não pago feito pelas mulheres é muito grande e muito lucrativa para aqueles que possuem os meios de produção” (BENSTON, 1969, p. 9). Ela reduz o custo da produção ao reduzir os salários, configurar as donas de casa como um exército industrial de reserva e criar certo grau de estabilidade na família da classe trabalhadora. A argumentação de Benston a leva a uma defesa da necessária participação das donas de casa na luta contra o capitalismo, “*por causa (não apesar)* de sua posição única em relação ao capital” (FERGUSON, 2020, p. 95). Na conclusão de seu texto, ela afirma que “existe uma base material para o status das mulheres; não somos apenas discriminadas, somos exploradas” (BENSTON, 1969, p. 11), consolidando assim a ideia de que a opressão às mulheres não é apenas ideológica, mas possui uma base material.⁶

A obra de Benston estabelecia definitivamente que o trabalho doméstico era importante para o capitalismo, já que tinha relação com a produção capitalista de valor. Contudo, permaneciam abertas algumas questões: Qual a natureza dessa relação? E quem, afinal, se beneficiava com ela, o capital ou os homens? Essas perguntas foram respondidas de formas diversas ao longo dos anos 1970. Embora tenham divergido sobre a natureza da relação entre trabalho doméstico e capitalismo, as feministas socialistas em geral concordavam que não simplesmente os homens, mas o capitalismo era beneficiário da opressão às mulheres, explorando também os homens trabalhadores, ainda que de forma diferente. Já outras correntes feministas importantes, como o feminismo materialista francês e o feminismo radical, viam nos homens enquanto grupo os principais beneficiários da opressão às mulheres e no patriarcado “o inimigo principal” (DELPHY, 2015), ainda que a partir de elaborações que divergiam bastante.⁷

Uma das questões centrais do chamado Debate do Trabalho Doméstico girava em torno do seu *status* como produtivo ou não em termos capitalistas. Esse debate envolvia diferentes apropriações e interpretações da teoria do valor em Marx e o debate sobre exploração do trabalho. Que o trabalho assalariado fosse explorado estava bem estabelecido por Marx e toda a tradição que o sucedeu: o capitalista pagava ao trabalhador ou trabalhadora o referente apenas a parte das horas trabalhadas e se apropriava de tempo de trabalho não pago, daí a geração de valor. Mas e o trabalho doméstico não pago? Ele poderia ser considerado como produzindo valor para o capitalista, já que não envolvia salário? Que esse trabalho fosse importante para o sistema era um pressuposto aceito por todas as socialistas que se engajaram nessa discussão. Mas *por que* ele era importante? Qual era afinal a natureza de sua relação com o sistema capitalista e com a produção de valor? Uma das respostas mais influentes para essa questão foi

elaborada por Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Selma James e outras feministas fundadoras do *International Feminist Collective*, que viria a lançar a campanha Salários para o Trabalho Doméstico [*Wages for Housework*], presente em cidades da Europa e da América do Norte.

Essa corrente fazia uma leitura crítica de Marx, percebendo que sua argumentação de que o valor das mercadorias necessárias para a produção dos trabalhadores está contido no valor da força de trabalho deixou de lado outro trabalho fundamental para a produção desses trabalhadores e trabalhadoras: “o trabalho de dar à luz, criar, disciplinar e prestar serviços ao trabalhador para a produção”, que “permaneceu invisível porque apenas o produto de seu trabalho, o trabalhador, era visível” (DALLA COSTA, 1975, p. 28).

Desse *insight* depreenderam-se algumas argumentações importantes: 1) a defesa de que não apenas o capital, mas também os homens eram beneficiários da opressão às mulheres, reforçando o conceito de patriarcado; 2) a defesa do caráter produtivo do trabalho doméstico, na medida em que produzia a mercadoria força de trabalho; 3) a luta pela visibilização do trabalho doméstico através da reivindicação de salários como estratégia para sua negação final.

O primeiro argumento estabelecia o patriarcado como um eixo igualmente importante na configuração da situação das mulheres, ressaltando o lugar do homem como beneficiário – ainda que também explorado, se trabalhador – da opressão a elas. Nas palavras de Mariarosa Dalla Costa,

a figura do chefe está escondida atrás da figura do marido. Ele aparece como o único destinatário dos serviços domésticos e isso dá ao trabalho doméstico um caráter ambíguo e análogo à escravidão. O marido e os filhos, através de seu envolvimento amoroso, sua chantagem amorosa, tornam-se os primeiros capatazes, os controladores imediatos desse trabalho. (DALLA COSTA, 1975, p. 35)

Sobre o caráter hierarquizante do amor na família, Silvia Federici o explica como consequência de um fenômeno de reorganização da família e do casamento pelo capitalismo. Ao transformar o trabalho doméstico em um “ato de amor”, o capitalismo o descaracterizou enquanto trabalho, assegurando-se de que

as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida. Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada. (FEDERICI, 2019, p. 44).

Essa operação ajuda a explicar o segundo argumento: a defesa do caráter produtivo do trabalho doméstico das mulheres. Dalla Costa argumenta que o capitalismo “liberou” o homem das atividades domésticas para que ele estivesse “completamente ‘livre’ para a exploração direta”, tornando-os “escravos assalariados”. Em contraparte, as mulheres foram colocadas em “escravidão não-assalariada”, ficando encarregada de reproduzir a força de trabalho do homem no lar (DALLA COSTA, 1975, p. 34). A falta de assalariamento das mulheres esconde o fato de que seu trabalho, na realidade, é produtivo, já que em alguma medida é transferido para o trabalhador ou trabalhadora que por ele é reproduzido: “A fábrica é o lugar que incorpora o trabalho das mulheres que não estão ali presentes e transferiram seu trabalho aos homens que são os únicos ali presentes” (DALLA COSTA apud FEDERICI, 2021, p. 29).

O argumento de que o trabalho doméstico das mulheres é produtivo pode ser entendido considerando a influência da perspectiva autonomista sobre o pensamento das principais teóricas do Salários para o Trabalho Doméstico. O autonomismo ou operáismo se desenvolveu a partir do movimento operário italiano no início da década de 1960, interessado em promover uma renovação do marxismo para uma versão mais condizente com a realidade italiana. A partir dos anos 1970, o autonomismo se ramifica em duas frentes, e o grupo envolvendo nomes como Antonio Negri – citado por Federici em seus textos do período⁸ – “rompeu de vez com a esquerda ‘oficial’, afirmando a autonomia da classe operária diante de qualquer mediação por parte do estado, partidos, sindicatos e outras instâncias de representação” (CAVA, 1997, p. 18). A tradição autonomista, em sua radicalização do marxismo, passou a defender uma perspectiva ampliada de classe trabalhadora, que incluía desempregados, estudantes, donas de casa, entre outros grupos não representados em instâncias tradicionais de classe. Além disso, considerava que todo o trabalhador ou trabalhadora, nessa perspectiva ampliada, poderia ser entendido como produtivo para o capital. Por isso, o principal instrumento de luta contra a exploração de todo e qualquer trabalho é sua recusa: “as lutas dos assalariados e não-assalariados estão necessariamente relacionadas através da recusa comum ao trabalho, i.e. a recusa da redução da vida ao trabalho, e a luta por maneiras alternativas de existir” (CLEAVER, 1993, s.p.)

Essa perspectiva se reflete na defesa do caráter produtivo do trabalho doméstico, bem como na estratégia política proposta pelo Salários para o Trabalho Doméstico. Nas palavras de Federici,

Na perspectiva da classe trabalhadora, ser produtiva significa apenas ser explorada. [...] E por isso, extraímos pouca “auto-estima” dessa condição. Mas, quando dizemos que o trabalho doméstico [...] é um momento da produção capitalista, esclarecemos nossa função na divisão capitalista do trabalho, bem como as formas específicas que nossa luta deve assumir. [...] Quando dizemos que produzimos capital, dizemos que queremos destruí-lo, em vez de lutar uma batalha perdida para sair de uma forma de exploração e entrar em outra. (FEDERICI, 2021, p. 31)

A campanha Salários para o trabalho doméstico, como indica seu nome, demandava ao Estado o assalariamento das donas de casa pelo trabalho por elas realizado. Mas a exigência de salários seria apenas o passo inicial para visibilizar esse trabalho como parte fundamental da produção de valor capitalista e, em última instância, recusá-lo. Assim, “salários para o trabalho doméstico são, então, uma demanda revolucionária, [...] porque forçam o capital a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis para nós e, conseqüentemente, mais favoráveis à unidade de classe” (FEDERICI, 2019, p. 47).⁹

As intelectuais envolvidas na campanha representam hoje uma vertente do feminismo da reprodução social que autoras como Paula Varela (2020) e Susan Ferguson (2020) identificam como a vertente autonomista, em contraposição à vertente marxista ou marxiana. Além de defenderem diferentes estratégias de organização política das mulheres, essas vertentes têm entendimentos diferentes em torno da questão do caráter produtivo do trabalho de reprodução social, por conta de diferentes concepções do que significa ser produtivo. A vertente marxiana, cujo caminho histórico é o que se analisa neste artigo, reivindica a concepção baseada na teoria do valor em Marx, na qual trabalho produtivo é necessariamente aquele que produz diretamente mais-valia, apropriada pelo capitalista, numa operação de exploração da mão de obra remunerada.

O Debate do Trabalho Doméstico envolveu diversas outras contribuições, caracterizadas por argumentações densas em diálogo com a teoria marxista. Lise Vogel afirma que o grau de abstração e o nível de complexidade de muitos desses escritos fez com que muitas feministas à época considerassem o debate “como um exercício obscuro de pedantismo marxista” (VOGEL, 2022, p. 137). Contudo, essas reflexões estiveram sempre ligadas à práxis revolucionária, tendo como objetivo último responder a questões que baseariam estratégias de luta contra a opressão às mulheres e contra o capitalismo, defendendo essas duas lutas como necessariamente conectadas.

Após uma década de debate, algumas feministas socialistas passaram a considerar que fazer perguntas feministas e tentar encontrar respostas marxistas, conforme havia proposto Juliet Mitchell, havia criado mais confusões do que caminhos. O marco do fim do Debate do Trabalho Doméstico foi um artigo escrito por Heidi Hartman em 1979, em que decretava o fim do casamento infeliz entre marxismo e feminismo. Argumentando que “as categorias do marxismo são cegas ao sexo” (HARTMANN, 1981, p. 2), Hartmann caracterizou o debate dos anos 1970 como reducionista e funcionalista, defendendo a necessidade de separação de uma análise do capitalismo, que caberia ao marxismo, e do patriarcado, no campo do feminismo.

A posição de Hartmann repercutiu fortemente entre as feministas socialistas. Em 1981, uma coletânea de artigos contrários ao “divórcio” proposto por Hartmann foi publicada (SARGENT, 1981). As autoras insistiam que analisar separadamente capitalismo e patriarcado deixava sem explicação a natureza da relação entre esses dois sistemas. Nesse sentido, Iris Young defendeu que era preciso criar uma teoria unitária, que desenvolvesse “um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema único no qual a diferenciação de gênero é um atributo central” (YOUNG, 1981, p. 50). Essa empreitada foi realizada dois anos mais tarde por Lise Vogel, em uma obra que se tornou basilar para a Teoria da Reprodução Social como se encontra hoje.

Deslocando o olhar do Trabalho Doméstico para a Reprodução Social: a obra de Lise Vogel

Ao contrário do que ocorrera na década do Debate do Trabalho Doméstico, que se constituiu em um ambiente social e político de intensas mobilizações, a obra que traria uma proposta original para o problema da base material da opressão às mulheres veio ao mundo em um período de retrocesso para os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do Norte Global. Na virada dos anos 1970 para os 1980, os ventos do neoliberalismo, que chegariam a Brasil com força a partir dos anos 1990, representaram um golpe para a mobilização da classe trabalhadora norte-americana e inglesa, e nesse contexto o feminismo socialista “se agarrou a uma existência precária, às margens da vida intelectual e política” (FERGUSON; MCNALLY, 2022, p. 55). Nesse contexto, a publicação de *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* por Lise Vogel em 1983 não recebeu a atenção que deveria e seu impacto só foi plenamente realizado anos depois, como veremos.

O livro de Vogel encarna um movimento notavelmente dialético do feminismo socialista ao revisitar, de Marx a autoras contemporâneas, uma ampla gama de reflexões sobre a chamada Questão da

Mulher¹⁰ produzidas na tradição marxista. De maneira meticulosa e didática, Vogel parte de uma análise do Debate do Trabalho Doméstico dos anos 1970, apontando suas principais características, limites e contribuições. Ela indica alguns entraves importantes do Debate, como a concentração quase exclusiva no trabalho doméstico, a restrição da análise ao âmbito econômico, o *status* indefinido em que a reprodução biológica foi deixado e as possíveis diferenças do trabalho doméstico em diferentes classes da sociedade capitalista (VOGEL, 2022, p. 142). Sua crítica não é acusatória; ela ressalta que a forma como o Debate se desenvolveu tem relação com o fato de que as questões levantadas por ele “dialogaram mais diretamente com a experiência e as tarefas políticas das militantes do movimento de mulheres” (VOGEL, 2022, p. 143), que acabaram deixando de lado aspectos que seriam importantes para responder à questão da base material da opressão às mulheres.

Vogel explica que, apesar de terem apontado corretamente a insuficiência da análise dessa questão pelo marxismo, o desenvolvimento do trabalho teórico do feminismo socialista foi limitado pela falta de uma compreensão aprofundada da teoria marxista. Muitas dessas teóricas viram nas contribuições de Engels (2019) a principal fonte de inspiração para suas análises, apesar de seus significativos problemas. Vogel, então, faz uma cuidadosa análise da forma como não apenas as mulheres, mas a família e o trabalho de reprodução da força de trabalho aparecem nas obras de Marx e de Engels. Além de destacar as omissões e formulações problemáticas, a autora identifica “uma quantidade de material importante” (VOGEL, 2022, p. 196) principalmente nos três volumes de *O Capital*, obra para a qual o feminismo socialista ainda não havia devotado a atenção necessária.

A partir dessa análise, Lise Vogel elabora uma proposta original, da qual destaco os seguintes elementos: 1) a mudança de foco do trabalho doméstico para o trabalho de reprodução social; 2) a separação dos lugares de produção e de reprodução da força de trabalho pelo capitalismo; 3) a relação entre reprodução biológica e a opressão às mulheres; 4) a defesa de uma perspectiva unitária.

O primeiro elemento importante envolve o deslocamento do foco do trabalho doméstico não pago realizado por mulheres no seio da família para uma discussão ampliada sobre a reprodução da força de trabalho no capitalismo, que inclui o trabalho doméstico e a família, mas vai além deles. Ao analisar o Debate dos anos 1970, Vogel percebeu que olhar estritamente para o trabalho doméstico realizado na unidade familiar deixava de fora uma série de processos importantes e não ajudava a explicar a dinâmica mais complexa dos diferentes tipos de trabalho sob o capitalismo. Para isso ela retorna a Marx e ao conceito de força de trabalho como “conjunto das capacidades mentais e físicas existentes em um ser humano, que ele exerce sempre que produz um valor de uso de qualquer espécie” (MARX apud VOGEL, 2022, p. 324). Vogel lembra que “aqueles que trabalham sofrem desgastes” nessas capacidades mentais e físicas usadas na produção, além de haver aqueles que são jovens demais ou velhos demais para trabalhar (VOGEL, 2022, p. 326). É necessário considerar, então, a centralidade de “processos que atendam às necessidades pessoais contínuas dos portadores da força de trabalho como indivíduos humanos, [...] assim como processos que reponham trabalhadores que morreram ou foram retirados da força de trabalho viva.” (VOGEL, 2022, p. 326).¹¹ Assim, o conjunto das atividades que tenham como finalidade repor a força de trabalho necessária à produção, incluindo alimentar, vestir, limpar, cuidar de crianças, idosos e

peças com deficiências, etc. é nomeado de reprodução da força de trabalho – ou, finalmente, reprodução social.

Essas atividades podem ocorrer no âmbito da família como trabalho doméstico, mas não acontecem exclusivamente naquele espaço. Segundo a autora, embora as famílias representem o lugar dominante do trabalho reprodutivo, ele pode ocorrer também em campos de trabalho forçado, alojamentos, orfanatos, hospitais, prisões etc. (VOGEL, 2022, p. 351). Esse deslocamento do trabalho doméstico para o trabalho de reprodução social permite ir além da opressão no interior da família, evidenciando outras dinâmicas de trabalho que passam por marcadores de diferença diversos – o que será fundamental para o desenvolvimento posterior da TRS.

Cabe observar que, ao se referir à reprodução da força de trabalho, Vogel faz uma distinção entre as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres da classe dominante. Enquanto a figura da “dona de casa” poderia mistificar essa diferença, Vogel ressalta que a tradição socialista havia acertado ao compreender que a questão central na opressão às mulheres da classe dominante era “seu papel essencial relacionado à reposição geracional dos membros individuais” dessa classe e a transmissão de propriedade aí envolvida (VOGEL, 2022, p. 341-342). Ela argumenta que, embora a solidariedade entre mulheres das classes dominantes e exploradas tenham grande importância política, são situações “fundamentalmente distintas a partir de uma perspectiva teórica. Somente as mulheres da classe subordinada participam da manutenção e reposição da força indispensável que mantém uma sociedade de classes – a força de trabalho explorável” (VOGEL, 2022, p. 342).

O segundo elemento importante da proposta de Vogel é parte fundamental de sua resposta para a pergunta sobre a natureza da relação entre trabalho reprodutivo e o sistema capitalista, além de fundamentar sua posição no debate sobre o caráter produtivo ou não desse trabalho. Segundo Vogel, o capitalismo operou uma separação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução:

O impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia por meio do aumento da produtividade, especialmente via industrialização, força uma severa separação espacial, temporal e institucional entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. Os capitalistas devem organizar a produção para que, cada vez mais, ela esteja sob seu controle direto em oficinas e fábricas [...]. Ao mesmo tempo, o salário medeia tanto os processos de manutenção diária quanto os de reprodução geracional, complementado ou, algumas vezes, substituído por benefícios estatais. [...] Essas duas características – a separação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializadas no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico. (VOGEL, 2022, p. 350-351)

A indicação, que já aparecia em Wheeler e Thompson, de que o capitalismo organiza o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo de uma forma historicamente específica aparece aqui, mas com uma relação de causalidade fundamental. A alocação do trabalho produtivo no espaço delimitado da fábrica o torna mais controlável para o capitalista – muito mais visível, por assim dizer. E o trabalho de reprodução da força de trabalho, alocado no espaço privado do lar e da família, torna-se invisível socialmente, apesar de ser condição necessária para que o trabalho produtivo ocorra.

Essa explicação é interdependente do debate sobre o caráter improdutivo do trabalho de reprodução, na medida em que a importância do trabalho de reprodução para o capitalismo tem relação

direta com o porquê de ele não produzir valor diretamente. Nesse sentido, Margaret Benston acertou ao afirmar que o trabalho doméstico era fundamental para o capitalismo, mas que acontecia fora do mercado capitalista. A questão é que a importância do trabalho reprodutivo para o capitalismo tem justamente a ver com o fato de que o capitalismo o encerrou preferencialmente no âmbito privado da família, invisibilizando-o. Cabe aqui um trecho da explicação de Cinzia Arruzza sobre a questão:

afirmar que o trabalho doméstico produz mais-valia significa ignorar algo essencial para a compreensão da natureza do modo como o capitalismo transformou a família. O ponto fundamental dessa questão é que esse trabalho de reprodução ocorre fora do mercado capitalista, de maneira isolada, [...] ele não é nem formal nem informalmente contratado no capitalismo. Nesse sentido, é difícil falar sobre a produção de mais-valia, justamente porque, por um lado, o capitalismo afastou a função de unidade de produção da família e, por outro, assegurou que a tarefa de reprodução do trabalho ocorresse principalmente dentro dessa instituição, relegando tal atividade a uma espécie de limbo separado do processo de produção e circulação de mercadorias” (ARRUZZA, 2019, p. 104–105).

Vogel aponta ainda que o capitalismo estabeleceu uma relação contraditória com a família e com o trabalho reprodutivo não pago das mulheres. Segundo ela, existe uma “potencial contradição entre sua necessidade imediata de apropriação do trabalho excedente e sua demanda de longo prazo por uma classe que o realize” (VOGEL, 2022, p. 338). Isso porque, a princípio, o capital tem um impulso constante de maximizar seus ganhos através da máxima exploração de mão de obra. Mas o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres impede que elas estejam totalmente disponíveis para a realização de trabalho diretamente explorável. Por outro lado, sem esse trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo explorável é impossível. Assim, a realização do trabalho reprodutivo em outros espaços e formas que não a família, como em serviços estatais ou mesmo privados, depende de circunstâncias historicamente específicas e das lutas sociais envolvidas em cada momento. De todo modo, o capitalismo até hoje não prescindiu da unidade familiar como local preferencial do trabalho reprodutivo, realizado de modo invisibilizado e não pago majoritariamente por mulheres.

O terceiro elemento que destaco na obra de Vogel é a relação entre reprodução biológica e a opressão às mulheres. Como ela argumenta, não há nada específico nas atividades de manutenção diária da classe trabalhadora que explique por que as mulheres têm sido responsabilizadas por tarefas como fazer comida, limpar a casa, lavar roupas etc. A única coisa que pode explicar a generificação do trabalho reprodutivo é a dimensão da reprodução biológica: “E aqui, é preciso admitir, os seres humanos não se reproduzem por partenogênese. Mulheres e homens são diferentes” (VOGEL, 2022, p. 329). Nesse ponto, é importante observar que Vogel não defende uma essencialização biológica dos corpos femininos e masculinos, mas um olhar para a organização social de diferenças biológicas. Nesse sentido, Ferguson e McNally (2022, p. 75) esclarecem: “Não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gestação, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora”. Essa discussão será retomada anos mais tarde por teóricos interessados em discutir gênero e sexualidade no âmbito da TRS.

Por fim, o quarto elemento que destaco da obra de Vogel é a proposta de uma teoria unitária. Ela identificou “duas visões distintas da situação das mulheres emaranhadas dentro da literatura socialista,

correspondentes a posições teóricas divergentes: a perspectiva dos sistemas duplos e a perspectiva unitária da reprodução social” (VOGEL, 2022, p. 308). A primeira perspectiva entende as opressões de classe e de gênero como fenômenos autônomos e analiticamente separáveis, sem especificar a natureza da relação entre eles. Haveria, então, “dois motores poderosos que impulsionam o desenvolvimento da história: a luta de classes e a luta entre os sexos” (VOGEL, 2022, p. 309) – há, então, dois sistemas sociais em ação: o patriarcado e o capitalismo. Essa perspectiva poderia ser observada desde Engels até a argumentação defendida por Heidi Hartmann (1981) no apagar das luzes do Debate do Trabalho Doméstico.

Já a segunda perspectiva é o ponto onde Vogel deseja chegar: *rumo a uma teoria unitária*. O caminho para isso passa pelas reflexões que propôs em seu livro, que defendem a compreensão da existência de um sistema único, em que as opressões de gênero e a de classe estão internamente relacionadas. Ela retoma o esforço de questionar o marxismo de um ponto de vista feminista para, a partir do conhecimento produzido até aquele momento, ir além. Em sua obra, Vogel não finaliza, mas estabelece as bases teóricas e abre o caminho “rumo a uma teoria unitária”, que seria trilhado por outras feministas socialistas que acreditavam no “casamento” dialético entre marxismo e feminismo.

Vale, finalmente, ressaltar que a obra de Vogel não se tratou de um empreendimento teórico dissociado da realidade concreta. Como modo de pensar dialético, a autora tinha os pés fincados na práxis e foi fundamental para que o feminismo socialista desenvolvesse uma política robusta de solidariedade de classe (FERGUSON, 2020), o que só poderá se realizar plenamente a partir da interação dialética entre essas formulações e as contribuições de feministas antirracistas.

Por uma TRS antirracista: rumo a uma teoria da totalidade contraditória

Apesar de sua proposta ter estabelecido as bases para o desenvolvimento da TRS como existe hoje, o trabalho de Vogel apresentava alguns problemas. Embora sua reflexão sobre a forma como o trabalho doméstico foi excluído da esfera da produção pelo capitalismo esteja correta, há um problema teórico no desenvolvimento da explicação, que reside no uso do conceito de trabalho necessário em Marx. Ao identificar o trabalho doméstico como “componente doméstico do trabalho necessário”, ela entra em contradição teórica, pois o trabalho necessário é, de acordo com Marx, necessariamente remunerado. E se o argumento de Vogel é justamente que “trabalho doméstico é parte do trabalho realizado fora da esfera de produção capitalista”, ele não pode ser um componente do trabalho necessário (VOGEL, 2022, p. 349).

Vogel também faz uma separação estreita entre teoria, que associa à abstração, e história, que associa à empiria. Isso tem relação com uma perspectiva althusseriana que informava sua análise, que parece esquecer as críticas de Marx ao idealismo e sua defesa de um materialismo *histórico*. Apesar de afirmar que seu trabalho é teórico “e, portanto, necessariamente abstrato” (VOGEL, 2022, p. 323), ela trabalha o tempo inteiro com a concretude da experiência histórica.

O principal problema da obra de Vogel, contudo, é a ausência da dimensão racial como elemento explicativo. E é a partir dessa ausência que se constitui o próximo grande movimento dialético do

feminismo da reprodução social. Enquanto o feminismo socialista, predominantemente branco, se concentrava na relação do trabalho doméstico e o capitalismo sem atentar adequadamente para a dimensão racial, o feminismo negro propunha e avançava em um entendimento interrelacionado de capitalismo, racismo, sexismo e heterossexismo. O Combahee River Collective foi pioneiro nessa proposição em seu manifesto de 1977, adotando uma perspectiva abertamente socialista e baseada em Marx. O coletivo defendia a necessidade de desenvolver uma “análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados”, considerando ainda que “a síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas” (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 197).

Nos anos 1980, paralelamente ao refluxo do feminismo socialista, autoras feministas negras como bell hooks (2019) e Audre Lorde (2019) desenvolviam obras em que defendiam a necessidade de compreensão de raça, gênero, classe e sexualidade de maneira articulada. Na virada dos anos 1980 para os 1990, a jurista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989, 1993) nomeou essa tendência com um conceito que se tornou extremamente popular: interseccionalidade. David McNally (2023, p. 155) reconhece que a renovação da TRS na contemporaneidade se dá, “em parte, como uma resposta aos desafios críticos da interseccionalidade e do antirracismo”. Ao “expandir o panorama da discussão – inicialmente para raça, gênero e classe e, mais recentemente, para outras relações de opressão, como sexualidade e capacidades” (MCNALLY, 2023, p. 175), a interseccionalidade interpelou a TRS em suas insuficiências, provocando novas formulações em seu interior, já que a resposta formulada no âmbito da interseccionalidade parecia insuficiente do ponto de vista do materialismo histórico.¹²

Duas autoras ligadas ao feminismo negro devem ser destacadas com relação à sua influência sobre os teóricos da TRS contemporânea: Angela Davis e Patrícia Hill Collins.¹³ McNally reivindica que, “em grande parte por sua orientação teórica materialista histórica e sua ênfase predominante na interação entre produção de valor e reprodução de seres humanos, o trabalho seminal de Angela Davis (2016), *Mulheres, Raça e Classe*, deve ser considerado um texto de reprodução social”, no sentido de que “compartilha o espírito dos estudos mais convincentes da TRS” (MCNALLY, 2023, p. 176). Por sua vez, o trabalho de Patricia Hill Collins (2019), em especial sua proposta conceitual de “matrizes de opressão”, representou uma proposta de análise estrutural interessante para explicar a interação entre diferentes eixos de opressão. Para McNally, Hill Collins se aproximou de uma explicação da totalidade social que integrava suas contradições internas ao propor que “os sistemas de opressão entrelaçados devem ser entendidos como parte de um único sistema criado historicamente”. Apesar de apontar um sistema unitário, “sua visão crítica supera a metáfora espacial que restringe a teoria interseccional. Dialetizado, o movimento da autora abre caminho para uma concepção orgânica da sociedade como um sistema dinâmico de relações sociais conectadas internamente (e, portanto, coconstituintes)” (MCNALLY, 2023, p. 172) Uma nova concepção será formulada nesses termos por Himani Bannerji.

No âmbito do feminismo marxista especificamente, o trabalho de Bannerji (1995) incorpora o modo de pensar dialético que permitiu o desenvolvimento da TRS como é hoje, estabelecendo críticas fundamentais e propondo uma refinada formulação teórica baseada em Marx para a compreensão das relações contraditórias entre classe, gênero e raça. Professora universitária de origem indiana e situada no

Canadá, Bannerji promoveu um diálogo necessário entre feminismo, marxismo e pensamento antirracista e anticolonial. Além disso, enfrentou criticamente uma tradição estruturalista e ortodoxa do marxismo muito influente no feminismo marxista até ali, defendendo “um entendimento reflexivo ou dialético” de discussões sobre identidade, diferença, subjetividade e agência (BANNERJI, 1995, p. 18). Bannerji foi pioneira ao destacar a necessidade de retirar essas discussões do campo pós-moderno e pós-estruturalista e lidar com elas a partir do marxismo, de forma franca e não estanque.

Da obra de Bannerji, destaco três aspectos centrais: 1) a crítica ao silenciamento e à guetificação da questão do racismo no feminismo como um todo e no feminismo marxista em particular; 2) a crítica ao economicismo e ao althusserianismo no feminismo marxista; 3) a proposta da retomada do conceito de mediação em Marx para entender de que maneira raça, gênero e classe interagem para criar a síntese em que vivemos nossas vidas. Como o primeiro elemento perpassa os outros dois, me deterei no segundo e no terceiro a seguir.

Como um bom modo de pensar dialético, Bannerji analisa criticamente o feminismo marxista, observando a permanência de alguns problemas importantes. O primeiro e mais evidente deles é a ausência da questão racial na teorização dessas feministas, que pode ser em parte explicada pelo fato de que frequentemente suas análises foram economicistas. A persistência em tentar provar a importância do trabalho doméstico das mulheres situando-o na produção capitalista “ignora o valor de uso e o social e reduz o modo de produção inteiro à 'economia' (isto é, somente uma esfera de valor de troca e circulação), desatentando para a análise de Marx do capital como uma relação social, e não como uma ‘coisa’” (BANNERJI, 1995, p. 76).

Para Bannerji, a fonte dessa visão abstrata e positivista do marxismo é a influência do estruturalismo althusseriano no feminismo marxista – que, como vimos, está presente na obra de Vogel, com sua insistência em caracterizar seu trabalho como teórico e abstrato. Bannerji argumenta que o althusserianismo fez com que as noções de experiência, historicidade e subjetividade fossem abandonadas em nome das estruturas. Nesse bojo, os fenômenos vistos como ideológicos e, portanto, superestruturais, acabam sendo escanteados. Para Bannerji, esse era precisamente o caso do racismo.

A autora aponta, inclusive, que foi essa leitura estruturalista abstrata a responsável pelo “divórcio” entre feminismo e marxismo. Dessa perspectiva, se o feminismo aparece como o âmbito superestrutural da experiência e da subjetividade e o marxismo como o lugar das estruturas objetivas, parecem de fato epistemologias irreconciliáveis. Reconciliar feminismo e marxismo, então, dependia da superação dessa perspectiva estruturalista economicista, através de um retorno a uma abordagem do materialismo histórico que conceba o social, como propôs Marx, em termos de “atividade humana prática sensível”, indo além da rigidez da metáfora base/superestrutura.¹⁴

Para superar esses limites e retomar a dimensão histórica e a centralidade das relações sociais do materialismo histórico na abordagem feminista, Himani Bannerji propõe o seguinte:

A nova teorização precisa desafiar relações binárias e opostas de conceitos [...] e apresentar uma relação mediacional, integrativa, formativa ou constitutiva entre eles [...]. Isso pode ser feito ao desenvolver mais o conceito de mediação de Marx,

apresentado e discutivo no Capital e nos Grundrisse. O único propósito desse conceito é capturar a dinâmica, mostrando como as relações e formas sociais vieram a ser através e dentro umas das outras, para mostrar como um modo de produção é historicamente e socialmente uma formação concreta. (BANNERJI, 1995, p. 82-83)

Essa proposta confere ao feminismo da reprodução social uma possibilidade de compreensão da dinâmica interna das relações sociais que ele nunca teve antes. Retomando uma noção já presente na tradição de crítica ativa do marxismo da totalidade como síntese de múltiplas determinações (MATTOS, 2012; THOMPSON, 2021), Bannerji propõe “uma leitura social mais complexa, em que todos os aspectos possam mostrar que refletem outros, em que cada pedacinho contenha o macrocosmo no microcosmo [...] assim como cada célula física do corpo contém o código genético inteiro” (BANNERJI, 2005, p. 149). David McNally resume a proposta de Bannerji sobre a interrelação entre gênero, raça e classe:

As partes distintas do todo social são, portanto, relacionadas *internamente*; medeiam-se umas às outras e, ao fazê-los, constituem-se umas às outras. E as coisas (ou relações) intermediadas e coconstituídas não são ontologicamente separadas, ainda que tenham propriedades que as diferenciem e constituam uma relativa distinção (MCNALLY, 2023, p. 170).

Com isso, Bannerji quer dizer que as relações de gênero, raça e classe estão formativamente implicadas, e não podem ser desarticuladas “assim como o leite não pode ser separado do café uma vez que estão misturados” (BANNERJI, 2005, p. 149).

Bannerji (2005) dialoga também com o conceito de interseccionalidade e seu “atomismo ontológico”, para usar a expressão de McNally (2023). Ela argumenta que a experiência social não é uma questão de interseccionalidade porque estar no mundo é ter a sensação de que tudo está acontecendo junto ao mesmo tempo. Entender isso não é simplesmente mais um preciosismo teórico, mas uma questão de práxis: “Se é vivido, então como pode ser pensado, e como podemos superar nossas limitações conceituais? [...] Não é questão de simplesmente responder a um desafio teórico, mas é também uma questão política. É a peça básica do quebra-cabeças para a formação da democracia social” (BANNERJI, 2005, p. 146).

Bannerji explicita em seus escritos como sua experiência subjetiva influencia diretamente sua forma de compreender a realidade. Vale lembrar o conceito de “política de identidade” proposto pelo Combahee River Collective (2019), muito distante das apropriações pós-modernas e neoliberais feitas da expressão posteriormente. Elas propunham que as mulheres negras eram um sujeito revolucionário em potencial justamente porque ninguém precisaria convencê-las sobre a injustiça das desigualdades do mundo: elas viviam e conheciam isso muito bem. Bannerji (1995) narra o impacto de sua experiência como intelectual não-branca vinda de um país do Sul Global nos espaços de produção de conhecimento formal e na militância canadenses. Ela indica o quanto a alterização e a negação de si e dos seus impactou na formulação de uma explicação que desse conta da forma como todas as relações sociais acontecem ao mesmo tempo uma através das outras, uma formando as outras, e não com a aparência dividida e paralela que as explicações até então formuladas faziam parecer. Se era vivido assim, era necessário explicar de modo adequado, para que se pudesse construir estratégias de luta política que superassem o predomínio

das políticas neoliberais baseadas no multiculturalismo, tão fortes na América do Norte, mas incapazes de promover mudanças sociais reais (BANNERJI, 2005).

As formulações de Bannerji foram fundamentais no desenvolvimento de uma TRS consistente. Mais que um modo de pensar dialético, elas incorporam o contraditório como elemento central da sua proposição, permitindo uma compreensão da realidade como totalidade contraditória e uma ampliação do conceito de classe que considere gênero e raça como elementos coconstitutivos. Suas contribuições, somadas àquelas feitas por Lise Vogel e por feministas negras como Patricia Hill Collins e Angela Davis, formaram as bases sobre as quais foi possível construir a Teoria da Reprodução Social contemporânea.

Uma Teoria da Reprodução Social dialeticamente reconstruída e seus caminhos futuros

Embora não tenha repercutido como poderia na época de sua publicação, a obra de Lise Vogel despertou o interesse de intelectuais marxistas do Norte Global principalmente a partir dos anos 2000, tendo sido reeditada em 2013. A retomada crítica da obra de Vogel, em diálogo com as interpelações do feminismo negro e com as inovações teóricas propostas por Himani Bannerji, deu origem a uma Teoria da Reprodução Social “dialeticamente reconstruída” (MCNALLY, 2023). Ferguson explica que a TRS não é um grupo organizado, mas uma forma de classificar pessoas que compartilham uma perspectiva teórica e política feminista socialista influenciada pelo trabalho seminal de Lise Vogel e que reivindica a teoria do valor de Marx (FERGUSON, 2020). Dessa perspectiva, destaco três características fundamentais: 1) entendimento do trabalho, de modo ampliado, como categoria central para compreender o capitalismo; 2) compreensão do conceito de classe social como coconstituída e determinada por relações sociais de gênero, raça, sexualidade etc.; 3) defesa de uma teoria da totalidade contraditória.

A primeira característica envolve uma transformação importante a partir de Marx. Tithi Bhattacharya (2023, p. 41) afirma que a TRS “revela que a categoria-essência do capitalismo, sua força animadora, é o trabalho humano, e não a mercadoria”. Defende-se, então, uma perspectiva ampliada de trabalho, compreendido ainda a partir de Marx como “atividade humana prática sensível”, criadora “não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da *vida*) mesma” (FERGUSON, 2017, p. 24). Essa ampliação inclui “o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo” (BHATTACHARYA, 2023, p. 19). Há ainda uma concepção ampliada de trabalho reprodutivo em relação à Vogel, considerando-se por exemplo a dimensão reprodutiva da escola, do transporte público e de outros serviços prestados fora do lar e até vendidos como mercadoria (e apenas nesse caso é possível retomar a discussão sobre esse trabalho ser produtivo/explorado).

A partir dos movimentos dialéticos produzidos no encontro com o feminismo negro e das sistematizações propostas por Bannerji, a TRS pôde formular uma compreensão ampliada e muito mais complexa sobre a classe trabalhadora global “em toda sua subjetividade caótica, multiétnica, multigenerificada e com diferentes capacidades” (BHATTACHARYA, 2023, p. 20). Isso está associado a um olhar sobre o trabalho como “uma experiência concreta, corporificada”, que considera que os corpos

que trabalham não apenas são diferentemente generificados, mas também racializados e geograficamente localizados (FERGUSON, 2017, p. 27). A classe trabalhadora é, em si, uma “unidade do diverso” (MARX, 1859), coconstituída por relações sociais de raça, de gênero, de sexualidade, uma síntese de múltiplas determinações.

Essa noção tem relação com um entendimento dialético do conceito de determinação, que leva à caracterização do capitalismo enquanto um modo de produção que é uma totalidade unificada, mas também diferenciada e contraditória. Nessa totalidade contraditória, as “distintas opressões não são redutíveis umas às outras, mas suas diferenças estão expressas no interior e através de (e algumas vezes excedendo) uma lógica compartilhada”, que por sua vez determina suas partes constituintes (FERGUSON, 2017, p. 22).

Além dessas características, há uma tendência à expansão da perspectiva da TRS para a compreensão não apenas de outros elementos determinantes, mas do todo contraditório que é o capitalismo global, incluindo discussões sobre sexualidade, identidades de gênero plurais, a dinâmica desigual do capitalismo em diferentes partes do globo, etc.

Se a reconstrução da TRS no novo milênio começou no Norte Global, me parece que há um novo movimento dialético ocorrendo no Sul Global, particularmente no Brasil, no sentido de ampliar tanto a capacidade teórica de análise, incorporando de maneira qualitativa reflexões sobre racismo e dependência em diálogo com tradições de pensamento produzidas no Sul Global, quanto no movimento dialético da práxis. A produção brasileira baseada na TRS, como aconteceu com toda a trajetória do feminismo marxista, tem produzido com uma preocupação de compreensão e transformação da realidade.¹⁵

Retomando a reflexão de Leandro Konder sobre o afastamento da dialética pelo marxismo brasileiro na primeira metade do século XX, pode-se considerar que a dialética só esbarra em um “freio psicológico” quando a contradição não está encarnada na experiência de opressão dos sujeitos revolucionários em questão. Não à toa, os últimos e mais recentes movimentos dialéticos da TRS foram marcados pela experiência de mulheres trabalhadoras, não-brancas, provenientes do Sul Global. Quando se vive a contradição de gênero, classe social, raça, sexualidade na própria subjetividade corporificada, há dois caminhos explicativos possíveis: priorizar alguns “eixos” de opressão, defendendo que “a raça vem primeiro” ou “o gênero vem primeiro”, numa visão parcial da realidade social, ou abraçar o contraditório como explicação. Parafraseando Himani Bannerji: “Se é vivido”, precisa ser pensado e, em última instância, transformado. Nesse sentido, “uma teoria da reprodução social dialeticamente reconstruída é vital para entendermos a unidade do diverso que é a forma de nosso mundo – e para ver se somos capazes de transformá-lo” (MCNALLY, 2023, p. 179).

Referências:

ARRUZZA, C. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo.** São Paulo: Usina, 2019.

- AZEVEDO, G. **Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social**. 2022. 267 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2022.
- BAKAN, A. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Outubro**, n. 27, p. 45–76, 2016.
- BANNERJI, H. Building from Marx: Reflexions on Class and Race. **Social Justice**, v. 32, n. 4, p. 144–160, 2005.
- BANNERJI, H. **Thinking through: essays on feminism, Marxism and anti-racism**. Toronto: Women's Press, 1995.
- BENSTON, M. **The Political Economy of Women's Liberation** [Panfleto]. 1969.
- BHATTACHARYA, T. Introdução: Mapeando a teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- BORDON, L. G. **Teoria da Reprodução Social e Crítica Marxista ao Direito: uma análise teórica sobre o aumento global da criminalização de mulheres no neoliberalismo**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2021.
- CAVA, B. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. **Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, v. 1, n. 1, p. 17–38, 1997.
- CLEAVER, H. **An Interview with Harry Cleaver by Massimo de Angelis**, jul. 1993. Disponível em: Acesso em: 22 out. 2023.
- COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 197–207, 2019.
- COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139–167, 1989.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241–1299, 1993.
- DALLA COSTA, M. Women and the Subversion of the Community. In: **The Power of Women and The Subversion of the Community**. 3. ed. Bristol: The Falling Wall Press and a group of individuals from the Women's Movement in England and Italy, 1975.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 99–119, 2015.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>.
- FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. Planejamento contraestratégico na conzinha. In: FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.
- FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13–38, 2017.

- FERGUSON, S. J. **Women and work: Feminism, labour, and social reproduction.** London: Pluto Press, 2020.
- FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução à edição de Marxismo e a opressão às mulheres na série Historical Materialism. *In*: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- FONSECA, R. S. R. da. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** 2019. 225 f. Mestrado em Direito - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Zahar, 2020.
- HARTMANN, H. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union. *In*: SARGENT, Lydia (org.). **Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism.** Cambridge: South End Press, 1981.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista: Da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- JEREMIAS, J. D. C. **Encarceramento masculino e suas implicações na reprodução social da classe trabalhadora: diálogos entre a economia política da pena e a teoria unitária da reprodução social.** 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022.
- KONDER, L. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 1930.** Rio de Janeiro: Campus, 1988. 1988.
- KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LORDE, A. **Irmã outsider: Ensaios e conferências.** 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MACHADO, B. A. **A Formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social.** 2020. 360 f. - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2020.
- MACHADO, B. A.; PINHEIRO, C. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria.** Curitiba: Intersaberes, 2023.
- MARX, K. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política.** 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concritconpoli/introducao.htm>.
- MATTOS, M. B. E. P. **Thompson E A Tradição De Crítica Ativa Do Materialismo Histórico.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- MCNALLY, D. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. *Em*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, recentralizar a opressão.** São Paulo: Elefante, 2023.
- MENDONÇA, A. L. D. O.; SOUZA, K. R. D. A (Re)volta da dialética: diálogo, autocrítica e transformação no pensamento de Leandro Konder. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 101, p. 89–108, 2017.
- MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. **Gênero**, v. 6/7, n. 2/1, p. 203–232, 2006.
- OLIVEIRA, R. N. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária.** 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2021.
- PETROVIC, G. Práxis. *Em*: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 292–296.
- RONCATO, M. S. **Working poor japônês: trabalho imigrante de kassegui e suas transversalidades.** 2020. 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2020.
- SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. 2013.

- SARAIVA, C. G. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social.** 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2021.
- SARGENT, L. (org.). **Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism.** Cambridge: South End Press, 1981. 1981.
- SILVA, D. J. da. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2018.
- SILVA, D. J. da. **Gênero, feminismo, família e reprodução social: Marx, Engels e a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1884).** 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2023.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes, 2021. 2021.
- THOMPSON, W. **Appeal of One Half the Human Race, Women, Against the Pretensions of the Other Half, Men, to Retain Them in Political, and thence in Civil and Domestic Slavery.** London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, Paternoster-Row; and Adlard, 108, Strand, 1825.
- VARELA, P. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 71–92, 2020.
- VOGEL, L. **Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária.** São Paulo: Expressão Popular, 2022. 2022.
- YOUNG, I. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. *In*: SARGENT, Lydia (org.). **Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism.** Cambridge: South End Press, 1981.

Notas

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ); membro do grupo de pesquisa Observatório da História da Classe Trabalhadora (<https://observatorioclasse.org/>) e do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE-TRS) (<https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6222478534234833>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4585-382X>; E-mail: araujombarbara@gmail.com.

² Para um histórico resumido para as disputas em torno do conceito de práxis, conferir PETROVIC, 2001.

³ Há uma certa confusão entre os termos “teoria da reprodução social” e “feminismo da reprodução social” dependendo do contexto e dos autores que utilizam a expressão. Em linhas gerais, utiliza-se “feminismo da reprodução social” como referência a um quadro mais amplo de análises interessadas em pensar a centralidade do trabalho de reprodução social para o sistema capitalista e a relação disso com a opressão às mulheres. Já “teoria da reprodução social” tem sido mais frequentemente utilizada para nomear o que Ferguson chama de “escola marxiana da reprodução social” (FERGUSON, 2020, p. 122), que definiremos mais a frente neste artigo.

⁴ Sobre as perspectivas desses autores sobre mulheres, trabalho e a luta pelo socialismo, conferir FERGUSON, 2020; MACHADO; PINHEIRO, 2023; SILVA, 2018, 2023 e VOGEL, 2022.

⁵ Embora esse debate tenha se desenrolado principalmente em países como Estados Unidos, Inglaterra e Itália, é importante sublinhar que havia feministas no Sul Global com reflexões e produções fundamentais sobre o lugar das mulheres no sistema capitalista. Destaco as obras de Heleieth Saffioti (SAFFIOTTI, 2013), reconhecida como “o primeiro grande avanço teórico do novo feminismo” desde Simone de Beauvoir por Connell e Pearse (2015, p. 134), e Lélia Gonzalez (2020), cujas reflexões pioneiras sobre o racismo e o sexismo no capitalismo dependente brasileiro foram destacadas por Angela Davis em uma de suas passagens pelo Brasil (Cf. <https://www.terra.com.br/nos/referencia-negra-lelia-gonzalez-nao-e-reconhecida-como-deveria-no-brasil,51afe5401404a933bb0770f6531a0caad2ieb5ul.html>. Acesso em 21 out. 2023).

⁶ Para um debate sobre os conceitos de exploração e opressão em Marx e suas relações com práticas discriminatórias, conferir BAKAN, 2016.

⁷ Para uma discussão sobre essas e outras correntes feministas dos anos 1970, em particular sobre como lidavam com as relações de gênero e de classe social, conferir ARRUZZA, 2019, p. 91–122.

⁸ Conferir FEDERICI, 2019, 2021.

⁹ O horizonte revolucionário da campanha, contudo, teve poucas consequências concretas na realidade, sendo a demanda por remuneração seu aspecto mais difundido e criticado. Questionou-se o pagamento de salário pelo Estado, o que poderia gerar um controle estatal mais duro sobre a vida das mulheres, além de isentá-lo da responsabilidade de oferecer serviços públicos ligados ao trabalho de reprodução da vida, como creches, restaurantes públicos, etc. (FERGUSON, 2020, p. 98).

¹⁰ Segundo Vogel, “o termo é extremamente vago e cobre uma gama de problemas importantes situados em níveis teóricos distintos. Geralmente, tem sido utilizado pelos socialistas para se referirem à questão da subordinação das mulheres em todas as sociedades históricas” (VOGEL, 2022, p. 157).

¹¹ Segundo Vogel (2022, 362), “aqui, a classe trabalhadora será vista como sendo constituída pela força de trabalho assalariada passada, presente e potencial de uma sociedade, ao lado de todos aqueles cuja manutenção depende do salário, mas que não entram ou não podem entrar no trabalho assalariado”. Com isso, ela quer superar “um limbo teórico” que deixa crianças, idosos, pessoas com deficiência e donas de casa fora da estrutura de classe.

¹² Para uma crítica à interseccionalidade a partir da TRS, conferir MCNALLY, 2023 e FERGUSON, 2017.

¹³ Os limites deste artigo impedem uma explicação detida sobre cada uma destas obras, que são absolutamente importantes para a compreensão da totalidade e suas contradições internas, mas optei por focar em autoras diretamente ligadas ao feminismo da reprodução social.

¹⁴ Bannerji cita os marxistas Raymond Williams e E.P. Thompson, críticos do estruturalismo e da metáfora base/superestrutura. Para uma crítica aprofundada a essas questões e particularmente ao althusserianismo, conferir THOMPSON, 2021.

¹⁵ Por uma questão de limitação de espaço e dos objetivos específicos deste artigo, não será possível elaborar um comentário sobre a produção brasileira no âmbito da TRS. Para um panorama sobre a teoria da reprodução social como instrumento para pensar a sociedade brasileira e indicações de trabalhos pioneiros nesse âmbito, indico a Apresentação das Tradutoras da edição brasileira do livro de Lise Vogel (2022).

Recebido em: 06 de nov. 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023